



FAMÍLIAS MONOPARENTAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS, SOCIALIZAÇÃO E DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS

Flávio dos Santos Brito⁸

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar a situação das famílias monoparentais femininas, através de uma análise baseada em entrevistas concedidas na cidade de Salinas-MG. Objetiva-se, também, estudar e analisar os aspectos socioeconômicos e afetivos que circundam a chefia monoparental feminina, de modo que se possa compreender sua realidade dentro do contexto sócio-histórico, bem como os seus desdobramentos no âmbito social.

Palavras-Chave: socialização, família, mulher provedora do lar.

ABSTRACT

This article has the priority to present the situation of the feminine one-parent families, by an analysis based in the interviews gave in the city of Salinas-MG. It is aimed also at to study and analyze the socio-economical and affectionate aspects that surround this leadership so that it could be understood in the socio-historical context, as well as its unfolding in the social extent.

Key-words: socialization, family, supplying woman of the home.

1 INTRODUÇÃO

O processo de construção deste trabalho, inciou-se através de levantamento bibliográfico, tendo passado por diversos autores que pensavam a configuração social em diversos momentos históricos, passando pelos processos de evolução e inserção da mulher no meio social, onde a mesma começou a conquistar seu espaço, tanto no aspecto intelectual, profissional, social, além de se tornar condutora de sua própria vida. Até atingir épocas mais recentes, sendo o movimento feminista da década de 70, responsável por novas posturas das mulheres perante seus deveres e direitos sociais.

A noção de família define-se, como salienta Sarti (1995), “em torno de um eixo moral. Suas fronteiras sociológicas são traçadas segundo o princípio da obrigação, que lhe dá fundamento, estruturando suas relações”, mas como definir tamanha obrigação? Esta noção de responsabilidade e constituição moral, condiz com a necessidade biológica, que sem dúvida, configura a pujante determinação da mulher em suas mais oportunas e até contraditórias

⁸ Graduando do Curso de Serviço Social e Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG);

realidades, sendo pois, sua responsabilidade definida em vias da continuidade e prosperidade de sua família (SARTI, 1995: crivos nossos).

É nesta perspectiva que Woortmann (1987), afirma:

O empobrecimento da família impõe mudanças significativas na organização familiar, criando novos desafios e dificuldades para o exercício de suas funções primordiais de proteção, de pertencimento, de construção de afetos, de educação, de socialização. Frequentemente, estas funções são enraizadas na sua cultura, principalmente nas mães de família, que as receberam por um processo de qualificação informal e contínuo, no qual as representações e as práticas vão se construindo naturalmente” (BAPTISTA, 2000).

Folbre (1991) alerta que paralelamente às tendências regionais, os condicionantes demográficos influenciam os padrões e o crescimento da chefia feminina. O desequilíbrio entre o tamanho das populações femininas e masculinas provocado pela migração, a crescente tendência da gravidez fora do casamento, as taxas de fertilidade e a estrutura etária de uma população são causas demográficas mais evidentes, e que corroboram para a vulnerabilidade de famílias que tem a mulher como principal responsável pelo domicílio.

Desse modo, a perda dos rendimentos masculinos têm efetivamente aumentado o número de domicílios que dependem do trabalho e renda femininos. Esta hipótese tende a ter grande ressonância na realidade brasileira (CARVALHO, 1996; SEADE, 1994). Já que, enquanto objeto de políticas públicas a família ainda carece de um lugar mais privilegiado e central nas diretrizes e nos programas contemplados na agenda da política social¹ brasileira. Isso se verifica claramente, em relação às famílias monoparentais femininas, de maneira que muitas se quer são cadastradas ou participam de programas sociais, o que vem aumentar a situação de vulnerabilidade das mesmas.

Nesta perspectiva, constata-se, ser a solidariedade social, uma realidade mais ampla da noção de vínculo, instituído no núcleo familiar. Tais famílias - mantidas por mulheres arrimo de famílias – nesta situação têm o direito de contar com esta forma de apoio, buscando-se, envolver mais efetivamente a questão de gênero, como atesta Marshall (1967): “a política social humaniza as condições de vida e trabalho[...] concedendo a seus membros o *status* de cidadania”.

¹ Política Social – Política Social não é uma construção espontaneista nem voluntária. É uma reconceitualização do lugar, conceito e do entendimento de cidadania (DEMO, 1994). As políticas sociais também se configuram como atitude relativa à orientação do controle social, seja em relação aos seus objetivos, seja no que concerne aos seus métodos. Como exemplos importantes de políticas sociais podem ser apontadas as seguintes (e respectivas políticas contrárias): a centralização, o coletivismo, a regeneração, a exclusão, o obscurantismo, a diversificação, a recompensa e a reação (T.D.E).

2 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Este trabalho foi desenvolvido tendo como base metodológica a dialética, amparo em dados estatísticos do IBGE (2006) e pesquisa de campo realizada na cidade de Salinas-MG, local onde foram feitas 10 entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionário a mulheres que vivem apenas com seus filhos (monoparentalidade), desconsiderando-se o estado civil das mesmas e adotando-se a escolha de um bairro de classe média/alta e outro de classe baixa, por auxílio da Secretaria de Ação Social do município supracitado.

Nessa perspectiva, a sociedade vem mantendo certo ideal em relação às mulheres e estas cultivam o ideal social de ser mãe. Knibiehler e Fouquet (1980) dizem que todas as mentalidades tradicionais, toda a cultura tradicional, transmitem ainda, como um dogma, a idéia de que a maternidade é a realização indispensável da feminilidade, de que só se é mulher verdadeira quando se têm filhos.

Para Serrurier (1992), o mito da mãe sagrada, devotada unicamente aos filhos, continua a ser transmitido de geração a geração, indiferente às modificações dos costumes, principalmente das últimas décadas, e os ferozes e insistentes movimentos da mulher para combatê-lo.

A mulher na tradicional família patriarcal sempre foi vista como a responsável pela harmonia e o zelo para com o “senhor”, marido e responsável único pela família, além de cuidar da casa e dos filhos. Dessa forma, a principal função atribuída à mulher era a de ser mãe e desse modo, Gilberto Freyre expõe a questão da “submissão da mulher, tida pelo homem em decorrência do desejo de se eliminar concorrência no jogo econômico e político” (FREYRE, 1977).

Fatos estes compreendidos, mas que atualmente, aludem ao mito da “boa mãe”, tendo a mulher e mãe, ocupado espaços e lutado (e continua batalhando por melhores colocações) por seus ideais. Isso nos faz voltar à prerrogativa do “mito”, podendo deste modo, ser este, a expressão maior da dedicação da mulher a sua família e não mais como “algo” subordinado a um “poder” até então superior a ela.

É por meio destes fundamentos, que, através de pesquisa de campo realizada, constatou-se, a evidente cumplicidade entre mãe e filhos, de maneira a uni-los, promovendo e fortalecendo a família, tendo em vista, a ausência paterna no núcleo familiar. Como se verifica:

eles, sentem-se, mais fortes ainda, através de mim, porque se eu fraquejar, a fraqueza através de mim vai enfraquecer toda a família.

Esta argumentação se refere ao compromisso de mulheres que outrora passam por inúmeras dificuldades, dentre elas, a financeira, já que a ausência masculina reduz enormemente o orçamento familiar. Segundo dados do IBGE que fundamentam este estudo, a renda das famílias que tem apenas a mulher como chefe de família, é de aproximadamente um salário mínimo, com variações de um a três salários. Estes dados foram comprovados pela pesquisa realizada na cidade de Salinas (Norte de Minas Gerais), onde a renda das provedoras manteve esse mesmo índice.

Também, pôde ser comprovado que, a média de idade dessas mulheres pesquisadas na cidade acima mencionada, é de 44 anos, o que é semelhante à média do IBGE que é de 43,5 anos. Outro dado relevante diz respeito à cor da pele², sendo que se preservou a subjetividade das mães chefes de família ao declararem sua cor de pele.

Do mesmo modo, comprova-se ser o nível de escolaridade baixo – geralmente o ensino fundamental (incompleto) – a maioria das mulheres entrevistadas possui habitação própria e média do número de filhos de 2,3 por família, considerando-se um “universo” de dez famílias, tendo a mulher como provedora, entrevistadas. Segundo Goldani, “existe uma drástica redução do número de filhos em todas as camadas sociais” (GOLDANI, 1994).

Conseqüentemente, a chefia feminina parece estar grandemente associada a domicílios menores, mas fundamentalmente compostos por população infantil. A mulher é na maioria das vezes, o único membro adulto do domicílio, o que diminui as chances de outros rendimentos reforçarem o orçamento doméstico. Isto favorece a inserção precoce das crianças desses domicílios em atividades remuneradas e de reprodução do grupo doméstico (BARROS, FOX e MENDONÇA, 1993).

O fato supracitado encontrou grande ressonância dentre as mulheres mantenedoras que foram entrevistadas. Em sua grande maioria, declararam que os filhos não trabalham e que desejavam futuramente que os mesmos arrumassem trabalho. Contudo, houve casos em que os filhos trabalhavam – neste caso, não como desleixo das mães – mas, para se inserir no mercado de trabalho – mesmo que em empregos informais – e é claro ajudar nas despesas da família, sem, entretanto, em alguns casos (jovens acima dos 18 anos) abandonar os estudos. Como se verifica:

² De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2006), as mulheres chefes de família entrevistadas nas principais capitais do país, declararam-se Brancas e Pretas ou Pardas (41%). Já, por meio da pesquisa de campo realizada em Salinas-MG, constatou-se através das próprias definições das mulheres entrevistadas, a predominância de mulheres que se consideram Brancas e Morenas (40% cada) e Negras (20%).

Meus meninos arranjam, estão trabalhando, mas ganham o mínimo assim, pouco mas ganha [...] minha moça de 20 anos trabalha olhando crianças [...] a outra vai terminar o curso agora, vai tentar o vestibular [...] ela vai tentar o curso de Sistemas de Informação.

Assim, as mulheres entrevistadas declararam, ser uma melhor qualificação educacional, a maior necessidade de suas famílias, vislumbrando efetivamente um futuro melhor para os filhos.

Aqueles que conseguem permanecer no sistema educacional formal têm acedido habitualmente aos seguimentos deteriorados do sistema, obtendo credenciais que não implicam ganhos educacionais semelhantes aos de seus pares de outros setores sociais. [...] Não obstante a permanência dos jovens no sistema educacional está em geral condicionada pela entrada no mercado de trabalho, no caso do grupo em questão, o acesso não pode ser postergado, dada a necessidade familiar de contar com novos rendimentos. Mas quase sempre esta entrada leva a inserções ocupacionais muito precárias e nos segmentos mais informais do mercado (JACINTO e SUAREZ, 1994: 138).

Ademais, percebeu-se, que, a mulher como chefe de família, representa a afirmação da mulher no contexto social, como se verifica:

É a vitória mesmo, de cada mulher brasileira, que é independente, que luta sozinha, eu acho que é a vitória de cada uma de nós [...].

Este fato vem, por sua vez, reforçar a garra e vontade da mulher mantenedora de seu lar, de superar as diversas barreiras que se postam em seu caminho. As mulheres que exercem concomitantemente a função de “pai” e “mãe” em suas famílias, consideram-se verdadeiramente vitoriosas por darem o melhor de se na preservação da unidade familiar e na ampliação dos aspectos éticos e morais de seus filhos. Além disso, as mesmas afirmam serem suas famílias emancipadas e mais estáveis sem a presença masculina na família.

É muito gratificante pra mim ser mãe e pai e sustentar minha casa sozinha. É muito gratificante, graças a Deus que eu abracei essa causa de coração, eu amo meus filhos e estamos ai pra vencer[...].

A convicção presente nesta declaração tem suas origens nas variadas formas de agressão, desde a física, o alcoolismo, traições, ofensas e incompatibilidades entre o casal, a que essas mulheres foram expostas, levando assim, a decisão destas de se separem ou em

decorrência do abandono da família pelo companheiro. Este, em alguns casos, abandonou a mulher e os filhos para ir viver com uma mulher mais jovem.

Este seria o caso do Oeste africano, onde, predomina a poligamia masculina e a intensa participação econômica feminina, ou nos casos em que a mulher por descendência matrilinear herda a posse da propriedade e deve ela mesma constituir seu próprio domicílio, sancionada por leis e costumes legais (BUVINIC, 1991).

Reforça-se, portanto, a questão da mulher como chefe de família, como sendo esta, uma pessoa de determinação, que quer conseguir seu espaço e se emancipar frente a opressão masculina.

A emancipação da mulher é uma necessidade fundamental, mais do que um aspecto emocional e afetivo, é uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo frente às ações conflituosas (brigas e agressões) e traições não só dela, mas de toda família (MACHELL, 1973; crivos nossos).

3 CONCLUSÃO

A conquista da mulher por seu espaço no mercado de trabalho e nos vários setores sociais puderam ser notados nos diversos depoimentos ao longo deste trabalho, mas que também foram expostos de maneira até mesmo tímida, pois se tratou aqui prioritariamente as nuances relatadas durante a entrevista.

Desta forma, por meio dos relatos proferidos, chegou-se a conclusão, que a família, mesmo que não conte com a presença do homem (pai e cônjuge), é referida como fortalecida. E desse modo, as mulheres procuram suprir, através de diálogos e uma relação aberta e transparente com os filhos. Comprova-se isso através do pensamento de Hannah Arendt “solidão não é estar só” (ARENDR, 1999).

As adversidades não se caracterizam como empecilhos, tendo em vista que se notou grande empenho e vontade de se reverter as adversidades, principalmente relacionados às questões financeiras, com vistas a assegurar a emancipação dos membros que compõem a família.

A falta de conhecimento ou de investimentos do Estado em políticas públicas que levem em conta a relação de gênero, principalmente no âmbito da família nuclear feminina, é algo que demanda estudos a fim de se buscarem soluções que venham atender as necessidades dessas famílias.

Portanto, concluiu-se a necessidade em busca de uma maior emancipação, exigindo assim do Estado maior investimento em políticas públicas para que as famílias, chefiadas por mulheres, possam ter assegurado, de fato, a verdadeira emancipação que almejam.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. (Org.) **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero. Fundação Carlos Chagas, 1994.

CARVALHO, Luiza. **Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 57. Ano XIX. São Paulo: Cortez, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.) **A família Contemporânea em Debate**. 6. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução – Leandro Konder. Civilização Brasileira, RJ. V.99, ed. 10, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IBGE. <http://www.ibge.gov.br>.

MACHEL, Samora (Org.). **A Libertação da Mulher**. Global Editora, 1979.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. V. 71. São Paulo: brasiliense, 1983.

SARTI, C. A. **Família e individualidade: um problema moderno**. In: CARVALHO, M.C.B. de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Educ, 1995. p. 39-49. Apud: ACOSTA, A. R.; VITALE, M.A.F. (Org.). **Família Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 145.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.